

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura
e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura

Área Temática: Segurança Alimentar e Nutricional
Período de Análise: 01/07/2013 a 31/07/2013

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Carta Capital

Estagiária: Yohanan Barros

Índice

O que fazer com os transgênicos? Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 05/07/2013.....	3
Comissão aprova informação sobre agrotóxico em rótulo de alimento – Site do MST. 08/07/2013	4
Soja transgênica gera celeuma na China. Shangguan Zhouong – Valor Econômico, Agronegócios. 11/07/2013	5
Gargalos na fiscalização de alimentos. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 19/07/2013	8
Pesticida encontrado em comida de crianças não é amplamente disponível – O Globo, Mundo. 20/07/2013	10
Refeição que matou 23 crianças na Índia continha pesticida, diz relatório – Folha de São Paulo, Mundo. 20/07/2013.....	10
"Fome não é mais morte natural, é massacre" afirma Jean Ziegler. Leonardo Cazes – Site do MST. 22/07/2013	11
Feijão chinês. Xico Graziano – O Estado de São Paulo, Opinião. 23/07/2013.....	15
Consulta pública quer aprimorar pesquisas em segurança alimentar e nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/07/2013	17
PAA é exemplo para Gana combater insegurança alimentar. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 26/07/2013	18
FAO pede que países em desenvolvimento abandonem pesticidas perigosos. Agnieska Flak – O Globo, Mundo. 30/07/2013	18
Mapa intensifica política de incentivo ao uso e registro de agrotóxicos biológicos – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 30/07/2013	19

O que fazer com os transgênicos? Rui Daher – Site da Carta Capital, Economia. 05/07/2013

É preciso analisar o tema de forma serena

Tudo ou nada. Oito ou oitenta. O céu e o inferno. Tom Jobim ou Bonde do Tigrão.

A geleia geral morena e sestrosa costuma reservar pequeno espaço para meios-termos. No Fla-Flu tupiniquim ninguém lembra o simpático Olaria da Rua Bariiri, no Rio de Janeiro; o destemido Juventus da Rua Javari, na Mooca paulistana; ou saindo do não mais badalado circuito Elizabeth Arden, um glorioso Nacional de Patos, da Paraíba.

Mesmo sem termos lido *Era dos Extremos* (Eric Hobsbawn – 1917/2012) ou nela progredido o que devíamos e podíamos, praticamos aqui pensamentos extremados.

O fato se confirma nas ainda poucas colunas aqui deixadas.

Se você escreve que em pouco mais de 30 anos construiu-se no Brasil um cabedal agropecuário importante, infere-se um ruralista nos moldes do deputado federal Ronaldo Caiado (DEM-GO).

Se você alerta para a pouca repercussão de assassinatos em conflitos rurais, é taxado de retrógrado querendo promover a refundação das Ligas Camponesas, da década de 1950.

É provável que esse seja o comportamento sobre o tema de hoje: sementes transgênicas, fertilizantes químicos e agrotóxicos, na obtenção de produtividade agrícola.

Tá vendo? A ambientalista aí na plateia já se abespinhou. O produtor de mel orgânico também. De seu escritório, o representante da eufemisticamente autointitulada indústria de defesa vegetal correu ao teclado para tacar impropérios no colunista.

Calma. Não façamos desse território uma Faixa de Gaza.

Não há dúvidas de que os perrengues ambientais e sanitários trazidos ao planeta por tecnologias desenvolvidas para aumentar a produção agrícola extrapolaram os limites.

Embora pesquisa, indústria e agricultores defendam esses processos, e os julguem necessários para gerar alimentos suficientes para atender à demanda mundial, descontrolados, eles deixaram prejuízos enormes à preservação da vida.

Nem mesmo os excedentes de produção serviram para minorar a fome em várias regiões pobres, pois têm sido perdidos e mal distribuídos nas etapas produtivas e distributivas.

Ao longo do tempo, tais constatações serviram para estimular, a partir da década de 1980, uma reação contrária, liderada pelos movimentos ambientalistas, que foram se

fortalecendo e trazendo entre seus propósitos a purificação orgânica dos manejos e insumos agrícolas.

A agricultura orgânica, enfim. Juntos vieram os extremos.

Apesar de assim serem divulgados em folhas e telas cotidianas, os alimentos produzidos organicamente não são caros porque caros são seus insumos.

Pelo contrário, caros são os organismos geneticamente modificados - com o pagamento de pesados royalties para a indústria - os fertilizantes químicos - 70% no Brasil importados de semioligopólios – e os agrotóxicos – dominados por seis conglomerados transnacionais.

Trata-se, porém, de uma produção ainda de baixos níveis de produtividade, pequena escala e alvos comerciais em pequenos nichos de mercado. Isto os faz menos acessíveis.

Até aqui, a agricultura orgânica tem crescido atendendo os mercados externos, sobretudo, EUA e Europa, regiões de maiores poder aquisitivo e consciência de consumo saudável.

Com a crise, suas demandas que cresciam à base de 10% ao ano, caíram para 3 a 4%, vistas como consumo supérfluo, o primeiro, pois, a ser cortado.

No ano passado, o Brasil exportou 130 milhões de dólares. Valor ínfimo perto do que exporta o agronegócio. Em 2013, dificilmente repetirá a marca.

Como vários outros setores exportadores, afetado por redução de encomendas e câmbio, o setor de orgânicos voltou-se para o mercado interno. Está descobrindo que ele quase inexistente. Quando olha no espelho não enxerga mais do que feirinhas para descolados, bancas de frutas e verduras em shopping center de elite, lojas alternativas, e ilusão de um grande potencial.

Apenas com a produção orgânica, e isto pode doer, seria impossível alimentar o mundo.

Então estamos definitivamente condenados a perder a saúde e a devastar o meio ambiente para produzir alimentos?

Esse é um caso que entre o zero e o dez, o medíocre seis e meio pode ser uma ótima alternativa.

Basta amenizar os estragos. Voltarei ao assunto.

Comissão aprova informação sobre agrotóxico em rótulo de alimento – Site do MST. 08/07/2013

Da Agência Câmara

A Comissão de Defesa do Consumidor aprovou, na quarta-feira (3), o Projeto de Lei 6448/09, do deputado Sarney Filho (PV-MA), que obriga as indústrias de alimentos a incluírem nos rótulos informações sobre todos os tipos de agrotóxicos, medicamentos e substâncias similares empregados na fabricação dos produtos de origem vegetal e animal colocados à venda.

O relator na comissão, deputado Ricardo Izar (PSD-SP), ressaltou que os produtos alimentícios estão relacionados diretamente com a saúde, e o direito à informação é um dos direitos básicos do consumidor. "Nada mais justo que o cliente seja informado sobre quais substâncias está consumindo juntamente com o produto que adquire", disse.

O projeto havia sido rejeitado pela Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio, sob a alegação de que seria economicamente inviável prestar as informações. Para Izar, no entanto, essas dificuldades precisam ser superadas. "O que nos interessa é bem informar o consumidor e deixá-lo fazer suas opções baseado em boas e completas informações para seu consumo", disse.

Emendas

O texto aprovado é um substitutivo do relator, que acatou o voto em separado do deputado Aureo (PRTB-RJ). Uma das emendas acrescentadas ao texto original inclui a necessidade de os fabricantes informarem ao cidadão a existência de algum componente de origem animal nos produtos. "O motivo é para informar ao grande público vegetariano sobre a eventual existência de componentes de origem animal nos alimentos", explicou Izar.

Se os produtos forem vendidos a granel ou in natura diretamente ao consumidor, as informações deverão constar nos recipientes e nos documentos fiscais. Quanto aos produtos de origem animal, são obrigatórios dados sobre os medicamentos utilizados.

Tramitação

O projeto será analisado ainda pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ), antes de seguir para o Plenário. Como duas comissões divergiram sobre o mérito, o texto perdeu o caráter conclusivo de sua tramitação.

Soja transgênica gera celeuma na China. Shangguan Zhoudong – Valor Econômico, Agronegócios. 11/07/2013

Afirmções não fundamentadas cientificamente de uma autoridade chinesa da área agrícola sobre supostos riscos cancerígenos do consumo de soja transgênica reacenderam um debate acalorado sobre o uso de produtos agrícolas transgênicos, num país cada vez mais necessitado de alimentos.

Wang Xiaoyu, vice-secretário-geral da Associação de Soja de Helongjiang e partidário do consumo da soja local, não transgênica, disse recentemente que pessoas que

consomem óleo de soja produzido a partir de soja transgênica "são mais vulneráveis a desenvolver tumores e esterilidade".

Para sustentar sua afirmação, Wang observou que as regiões em que o consumo de óleo de soja transgênica era alto, como as províncias de Fujian e Guangdong, no sul do país, revelavam também altos níveis de incidência de câncer.

Especialistas se apressaram a questionar a metodologia de Wang. Vários observaram que ele não apresentou sequer um indício de evidências laboratoriais que correlacionassem soja transgênica com câncer ou infertilidade. Mas, num país profundamente tomado pela desconfiança com relação aos transgênicos, os usuários das mídias sociais puseram a ideia em circulação, disseminando o medo pela internet chinesa.

"Deveríamos substituir todas as provisões especiais dos dirigentes com alimentos transgênicos", escreveu um usuário no microblog Weibo. "As coisas boas deveriam ser reservadas ao Partido Comunista."

A forte reação desencadeada pela conjectura de Wang parece ter sido alimentada, em parte, por recente decisão do governo chinês de aprovar importação de novas variedades de soja transgênica, bem como por rumores de que a população americana não consome as plantas transgênicas produzidas por seu país.

Em junho, as autoridades chinesas aprovaram a importação de três novas variedades de soja transgênica - duas da americana Monsanto e uma da alemã Basf em parceria com a estatal brasileira Embrapa. Os opositores dos produtos transgênicos criticaram o Ministério da Agricultura do país por falta de transparência nas aprovações.

O ministério disse em comunicado que tinha recebido solicitações de autorização de importação das duas empresas em 2010, mas uma busca no site do ministério não revela a existência de quaisquer documentos ou avisos de que os pedidos tenham sido protocolados. O ministério não respondeu de imediato a pedidos de entrevista.

Por outro lado, rumores de que os consumidores americanos não comem alimentos transgênicos reforçaram a atual paranoia na China com relação a produtos transgênicos, descritos em alguns fóruns na internet como "bombas de efeito retardado" lançadas pelos EUA para destruir a China, e como uma conspiração americana para manipular a economia mundial.

Na verdade, os consumidores americanos ingerem grandes quantidades de alimentos transgênicos. Falando numa mesa-redonda especializada hospedada pelo site do portavoz do Partido Comunista "Diário do Povo", Li Ning, diretora da divisão de gestão de segurança genética do Ministério da Agricultura, observou que 70% dos alimentos consumidos em território americano contêm material transgênico.

"Não houve qualquer caso confirmado na área da segurança alimentar causado por alimentos transgênicos até o momento. É seguro comer alimentos transgênicos", disse.

Encarregado de alimentar 20% da população mundial com menos de 10% da área cultivável do mundo, o governo da China empreendeu o uso de tecnologias transgênicas para impulsionar o setor de sementes do país e melhorar a produtividade agrícola. Os meios científico e estratégico do país arrolam o desenvolvimento de transgênicos, resistentes a pragas e a doenças, como um projeto-chave. Desenvolver produtos transgênicos "equivale a pôr asas num tigre", disse Huang Dafang, pesquisador do Instituto de Pesquisa Biotecnológica da Academia Chinesa de Ciências Agrícolas, em entrevista em março. Um dos principais adeptos dos transgênicos, Huang argumenta que a agricultura convencional, por si só, não é capaz de atender às necessidades da China.

Mas a oposição da opinião pública aos alimentos transgênicos continua forte. "A China não precisa desenvolver produtos agrícolas transgênicos. Se cultivarmos bem a terra e desperdiçarmos menos rações (não jogarmos porcos mortos no rio), a agricultura chinesa será capaz de alimentar a população chinesa", escreveu Gu Xiulin, professora de Economia e Finanças da Universidade de Yunnan, no Weibo. "Os alimentos transgênicos são uma faca mágica capaz de aniquilar o gênero humano e de destruir o meio ambiente... não se deixe enganar."

Na verdade, a China importa soja transgênica desde 1997, além de autorizar a importação de algumas variedades de milho transgênicos, embora ambos estejam sujeitos a controles rígidos. No momento, o milho e a soja transgênicos só são aprovados para serem processados em óleo de soja, farelo de soja e ração animal, e não diretamente para consumo humano.

A China se tornou a maior importadora mundial de soja, ao adquirir cerca de 60% da soja negociada mundialmente. A maior parte dessa soja importada é de variedades transgênicas produzidas nos EUA, Brasil e Argentina.

Em novembro de 2009 o Ministério da Agricultura emitiu certificados de biossegurança para duas variedades de arroz transgênico resistentes a pragas e para uma variedade de milho fitase, aprovando-as para uso em áreas experimentais. (A fitase pode aumentar a absorção de fósforo por animais e ajuda a aumentar a eficiência da ração). O plantio comercial de produtos agrícolas transgênicos ainda é estritamente proibido, embora autoridades da União Europeia (UE) afirmem ter encontrado vestígios de arroz transgênicos em produtos derivados de arroz importados da China.

O governo chinês não sinalizou qualquer intenção de autorizar o plantio em larga escala de transgênicos, em grande medida devido à preocupação com a opinião pública.

"Não é normal para um país em desenvolvimento como a China deixar de desenvolver tecnologias avançadas", disse Huang. (Tradução de Rachel Warszawski)

Gargalos na fiscalização de alimentos. Tarso Veloso – Valor Econômico, Agronegócios. 19/07/2013

Legislações desatualizadas, número reduzido de fiscais e excesso de órgãos envolvidos sem comunicação entre si são o retrato da fiscalização de alimentos em geral no Brasil. O resultado desse "cruzamento" muitas vezes deixa o espaço aberto para ineficiências capazes de gerar problemas e ameaças para produtores, agroindústrias e consumidores.

Não é possível afirmar que o uso indevido do promotor de crescimento ractopamina em bovinos tenha relação com fiscalização, mas casos como o uso de um hormônio ainda em testes na produção de tilápias e a fraude do leite com formol no Rio Grande do Sul expõem que o país carece de avanços nessa frente.

Atualmente, a licença de funcionamento de um estabelecimento de produtos de origem animal, por exemplo, é feita pelo Ministério da Agricultura ou por Estados ou por municípios, a escolha do empresário ou produtor. A partir daí, mudam-se as regras, os órgãos que vão fiscalizar a produção e o local em que o produto pode ser vendido.

No caso da inspeção federal, entra em cena o Serviço de Inspeção Federal (SIF), comandado pelo Ministério da Agricultura. A fiscalização é permanente e os produtos podem circular entre todos os Estados brasileiros e também serem exportados. O ministério conta com 3.170 fiscais no país para controlar mais de 3 mil estabelecimentos.

O ministério também atua no controle dos insumos utilizados nas propriedades, com exames inclusive para detectar inconformidades nos limites de resíduos permitidos.

Em resumo, o Ministério da Agricultura define regras e padrões de qualidade para estabelecimentos que optam pela fiscalização federal. No caso dos abatedouros, uma equipe do ministério formada por um fiscal e auxiliares de inspeção, além de técnicos contratados pela própria empresa, inspecionam cada animal abatido.

Nesses casos, o ministério possui um escritório fixo dentro da fábrica com fiscais acompanhando passo a passo a produção. Todo o processo de abate é observado antes do início da produção do dia e as inconformidades devem ser resolvidas antes do processo ser iniciado ou retomado.

Em outros, como o caso do leite, que foi notícia em maio, o ministério delega a responsabilidade da qualidade da produção ao estabelecimento. Nesse caso, a fiscalização é periódica, pois o ministério entende que não há necessidade do fiscal permanecer na empresa.

"Neste caso, cabe a empresa garantir a qualidade do produto. O processo de produção deve garantir que sejam cumpridos todas as normas de qualidade e controle previstas na lei", diz o secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Ênio Marques.

"O escritório continua existindo dentro do estabelecimento, mas só é usado periodicamente. Nesse caso, são feitas duas fiscalizações por ano. Além disso, quando existe denúncia ou suspeita de irregularidades, uma equipe é enviada", afirma Marques. Além disso, explica, todo dia 10 de cada mês as empresas são obrigadas a entregar controles e documentos da produção.

Se o empresário pedir a licença estadual ou municipal, as vigilâncias sanitárias estaduais são as responsáveis. No Serviço de Inspeção Estadual (SIE), os produtos só podem circular entre os municípios dentro de um Estado, enquanto no Serviço de Inspeção Municipal (SIM), apenas dentro do município.

Segundo a assessoria de comunicação da Anvisa, a vigilância sanitária é composta por União, Estados e municípios, cada qual com suas atribuições e independência. Eles formam o sistema nacional de vigilância sanitária, semelhante ao SUS.

Hoje, existem 28 pessoas que atuam na regulação de alimentos. Em todo o Brasil a vigilância sanitária tem cerca de 45 mil trabalhadores para todas as áreas de atuação. Esse número, segundo a Anvisa, é uma estimativa baseada em dados de 2004 e será atualizado em 2014.

A produção que está no comércio deve ser fiscalizada pelas vigilâncias sanitárias dos órgãos estaduais e municipais. Os municípios são responsáveis pelos alvarás de funcionamento de estabelecimentos de produção e comércio.

Segundo o Ministério da Agricultura, quando são encontradas inconformidades na produção de origem animal as empresas passam por processos administrativos, que vão de multas ao cancelamento de registro. A Justiça é notificada em caso de identificação de fraude.

No caso de produtos de origem vegetal, sem SIF, o ministério é responsável por publicar as normativas quanto à classificação e os padrões de qualidades a serem seguidos. Mais de 70 produtos de origem vegetal no Brasil, entre os quais arroz e feijão, seguem regras para serem produzidos e comercializados.

Em todas as indústrias, é obrigatório ter um profissional treinado pelo Ministério chamado classificador. A fiscalização federal, nesse sentido, atua para verificar se a classificação está sendo feita devidamente e é feita tanto na indústria quanto no comércio (recolhimento de lotes para análise).

O presidente do Sindicato Nacional dos Fiscais Federais Agropecuários (Anfaa Sindical), Wilson Roberto de Sá, disse que a falta de fiscais é um favor preocupante. "É humanamente impossível um mesmo profissional fiscalizar oito ou dez estabelecimentos, como ocorre hoje. É uma vergonha. O governo deveria autorizar mais concursos. O próximo concurso terá 172 vagas e esperávamos mais de 600", afirma ele.

Segundo Sá, são necessários pelo menos 10 mil fiscais em atividade para que a fiscalização seja feita com qualidade. "O ministério diz que o problema é da vigilância

sanitária, mas não é. A alta exigência para que a empresa entre no SIF, por exemplo, faz com que o produtor ou o dono de indústria opte por entrar no serviço de inspeção estadual mesmo quando não pretende exportar".

Pesticida encontrado em comida de crianças não é amplamente disponível – O Globo, Mundo. 20/07/2013

Alimentos contaminados mataram 23 crianças na Índia

PATNA, Índia - A merenda escolar gratuita que matou 23 crianças indianas na semana passada estava contaminada com um pesticida concentrado que não é amplamente disponível, disse à Reuters o juiz do distrito que supervisiona a investigação policial, neste domingo.

As crianças ficaram doentes em poucos minutos depois de comerem uma refeição de arroz e batata com curry em uma escola no Estado de Bihar na terça-feira, tendo vômitos e convulsões com as dores no estômago.

As mortes provocaram protestos em Bihar. O almoço faz parte do Programa de Refeição ao Meio Dia da Índia, que atende 120 milhões de crianças e tem como objetivo combater a desnutrição e estimular a frequência escolar. O programa já havia recebido queixas generalizadas sobre segurança alimentar.

Uma investigação forense inicial constatou que a refeição havia sido preparada com óleo de cozinha com monocrotofos, um composto organofosforado que é usado como pesticida agrícola, disse o alto funcionário da polícia Ravindra Kumar a jornalistas, no sábado.

O pesticida encontrado no óleo possuía uma concentração mais de cinco vezes superior à utilizada na versão comercial, de acordo com um relatório forense.

"É altamente venenoso, é altamente tóxico e, por isso, tem de ser diluído quando utilizado como pesticida comercial", disse o juiz do distrito Abhijit Sinha.

A polícia disse na sexta-feira que suspeita que o óleo de cozinha usado na refeição tenha sido mantido em um recipiente previamente utilizados para armazenar o agrotóxico. A diretora da escola, que fugiu após a morte das crianças, ainda está sendo procurada.

Refeição que matou 23 crianças na Índia continha pesticida, diz relatório – Folha de São Paulo, Mundo. 20/07/2013

DAS AGÊNCIAS DE NOTÍCIAS

Uma perícia criminal preliminar concluiu, neste sábado, que estava contaminada com pesticida a refeição que levou à morte 23 crianças em uma escola do Estado indiano de Bihar.

Testemunhas relataram que as crianças começaram a passar mal minutos depois de comer um prato de arroz com batatas ao curry. Elas vomitavam, convulsionavam e sentiam cólicas no estômago.

Conforme o relatório, a comida foi preparada com um óleo de cozinha que continha uma substância utilizada como pesticida na agricultura. O óleo, diz a polícia, havia sido armazenado em um contêiner antes utilizado para armazenar pesticida.

Tanto a diretora da escola quanto o marido dela estão desaparecidos. Ela teria forçado as crianças a comer mesmo depois de elas terem se queixado do gosto estranho da refeição, e ele seria o proprietário do armazém de onde os ingredientes para o almoço foram comprados.

O programa de almoço escolar indiano é um dos maiores do mundo, atendendo a mais de 120 milhões de crianças. Os preços da carne, frutas e verduras frescas dispararam nos últimos anos, o que leva os pais mais pobres a depender da merenda escolar para garantir a nutrição adequada de seus filhos. Mas o programa sofre com a corrupção e o desperdício. Incidentes de envenenamento são comuns, ainda que raramente graves a esse ponto.

De acordo com o Banco Mundial, 43% das crianças indianas sofrem de desnutrição, o nível mais elevado do mundo e número que não se altera há pelo menos 20 anos. Na China, esse indicador é de apenas 7%, e nos países da África subsaariana ele é de em média 28%. A má nutrição das gestantes e das mães lactantes significa agravamento dos efeitos da má nutrição pós-natal das crianças.

O governo indiano, liderado pelo Partido do Congresso, está pressionando por uma maciça expansão de 14 bilhões de libras no programa de subsídios à alimentação do país. O partido, que controla os governos de apenas metade dos 28 Estados indianos, venceu as duas últimas eleições gerais depois de introduzir medidas populistas como um programa de criação de empregos rurais e um programa de 8,3 bilhões de libras para perdoar dívidas de agricultores.

"Fome não é mais morte natural, é massacre" afirma Jean Ziegler. Leonardo Cazes – Site do MST. 22/07/2013

Do O Globo

Aos 79 anos, o sociólogo suíço Jean Ziegler viajou o mundo inteiro e conheceu de perto a vida de quem sofre de fome. Professor da Universidade de Genebra e da Sorbone, Ziegler foi relator para o direito à alimentação das Nações Unidas entre 2000 e 2008 e membro do Comitê Consultivo do Conselho de Direitos Humanos da ONU entre 2008 e 2012.

Em entrevista ao GLOBO, o autor de "Destruição em massa: geopolítica da fome" (Cortez) argumenta que se a produção mundial de alimentos é suficiente para alimentar

todo o mundo, quem morre de fome, portanto, é assassinado. Sobre o Bolsa Família, acredita que o programa cumpriu o seu papel, mas agora é preciso investir em reformas e na agricultura familiar.

No seu livro, o senhor afirma que há três etapas no "tratamento ideológico da fome" ao longo da História. Quais são elas?

A primeira etapa foi dominada pelo teorema de Malthus, em que a fome é uma necessidade, trata-se de uma lei de Deus. Se não houver eliminação periódica de populações, uma seleção natural, todo planeta sofreria com a superpopulação. A natureza é responsável pela fome.

Esta teoria dura até a Segunda Guerra Mundial, porque servia magnificamente às classes dirigentes dos impérios coloniais britânicos e franceses, que produziam massacres nas colônias com a exploração do trabalho. Depois vem o nazismo e a Segunda Guerra.

Hitler usou a fome na Europa para seus projetos criminosos de reduzir matematicamente a parte eslava da população mundial e eliminar os judeus. Há uma ruptura epistemológica porque pela primeira vez os europeus sofrem com uma fome organizada e podem compreender que ela não é algo da natureza, mas um projeto criminoso do homem. Em 1946, é publicado "Geopolítica da fome", de Josué de Castro.

Este livro foi uma revelação para os europeus. O título indica que a fome é de origem política, e não da natureza. Castro, um gênio, foi o primeiro presidente da FAO (Organização das Nações Unidas para a Alimentação e agricultura) e é esquecido no Brasil. Ele deveria ter um monumento em cada cidade do país, porque é um dos maiores pensadores do século XX.

E qual o tratamento que a questão da fome recebe hoje?

Hoje não existe falta de alimentos, o que existe é falta de acesso. As cifras são as seguintes: a cada 5 segundos, uma criança de menos de 10 anos morre de fome. No mundo, 56 mil pessoas morrem de fome por dia. E 1 bilhão de pessoas são permanentemente subalimentadas. O relatório da FAO mostra que o número de vítimas cresce, mas que a agricultura mundial poderia alimentar normalmente, com uma dieta de 2,2 mil calorias por dia, 12 bilhões de pessoas. Então, uma criança que morre de fome hoje é assassinada.

Fome não é mais morte natural. É massacre criminoso, organizado. O número de mortes no mundo, por ano, corresponde a 1% da população do planeta. Isso significa que no ano passado 70 milhões de pessoas morreram. Desses 70 milhões, 18,2 milhões morreram de fome ou de suas consequências imediatas. A fome é de longe a causa de mortalidade mais importante e o mundo transborda de riquezas!

Se a produção de alimentos é mais do que suficiente para alimentar adequadamente a população mundial, por que tantas pessoas ainda morrem de fome?

São vários os mecanismos que matam. A primeira explicação é a especulação nas bolsas de commodities com alimentos como trigo, arroz e milho, que correspondem a 75% do consumo mundial de alimentos.

Após a crise financeira iniciada em 2008, com a quebra dos mercados de ações, os grandes bancos e os hedge funds (fundos de investimento de perfil muito agressivo) migraram para as bolsas de commodities, especialmente para as matérias-primas agrícolas. Aqui só é possível ganhar, porque todos somos obrigados a comprar alimentos.

Essa especulação, que infelizmente é legal, produz lucros astronômicos para os fundos e mortes nas favelas. Nos últimos dois anos, o preço do milho no mercado mundial aumentou 63%. A tonelada de trigo dobrou. E a tonelada de arroz das Filipinas subiu de U\$ 110 para U\$ 1,2 mil. Isso gera um lucro tremendo para derivativos oferecidos pelos bancos. Ao mesmo tempo, há 1,2 bilhão de pessoas no mundo que vivem em pobreza extrema, segundo o Banco Mundial.

Elas devem comprar comida com menos de U\$ 1 por dia. Quando os preços explodem, os mais pobres não conseguem comprar os alimentos. No início do ano, estive numa favela em Lima, no Peru. Fiquei um dia no depósito onde se vendia arroz. Ninguém comprava um quilo de arroz.

Todos compravam um copo de arroz, era o máximo que podiam pagar e essa seria a refeição das crianças para o dia. Esses especuladores de alimentos devem ser colocados diante de um tribunal internacional por crime contra a Humanidade. São diretamente responsáveis pela morte de milhares de pessoas.

No livro, o senhor critica duramente a concentração do setor de alimentos em um pequeno grupo de multinacionais. Por que isso é um problema?

O setor de alimentos é o mais concentrado e cartelizado da economia mundial, mais até do que o petróleo. Há 10 grupos multinacionais que controlam 85% dos alimentos comercializados no mundo. Isso significa que eles têm o controle do transporte, dos silos, dos depósitos.

Têm também a definição do preço, porque dominam o mercado. Esses dez têm um poder sobre a Humanidade que ninguém no passado teve. Nenhum rei, imperador ou Papa. E escapam a todo o controle social. Eles decidem a cada dia, com a definição dos preços, quem vai comer e viver e quem vai ter fome e morrer. Os Estados não podem fazer nada, as Nações Unidas e organizações interestatais são impotentes. É um problema estrutural do neoliberalismo.

O neoliberalismo puxa a liberalização total de todos os circuitos de mercados, capitais, serviços, patentes, a privatização de todos os setores públicos, o desmantelamento do poder normativo do Estado. As multinacionais têm nas mãos um enorme poder político e financeiro e escapam a todo controle social. Do outro lado, há uma maioria que sofre fome, epidemias, ausência de direitos fundamentais.

Você poderia detalhar o dumping agrícola e as suas consequências?

Nos mercados de Dakar, no Senegal, ou Bamako, no Mali, você compra frutas, frangos e verduras importados pela metade ou um terço do preço do produto africano equivalente. O produto europeu é mais barato do que o africano por causa dos fortes subsídios e da falta de recursos da agricultura africana.

A hipocrisia dos comissários da União Europeia em Bruxelas é abissal. Enquanto a fome se espalha pela África, que tem 35,8% da população permanentemente subalimentada, os africanos que tentam fugir da fome em direção à Europa são deixados à deriva no mar.

A eleição do (brasileiro Roberto) Azevedo para a OMC (Organização Mundial do Comércio) é muito importante, porque pela primeira vez o diretor da instituição vem dos países que lutam contra o dumping agrícola, que querem a eliminação total dos subsídios agrícolas.

O senhor é um crítico dos biocombustíveis. Por quê?

O maior produtor mundial de biocombustíveis são os Estados Unidos, o segundo é o Brasil. Os EUA queimaram ano passado 138 milhões de toneladas de milho, o equivalente a 15% da safra mundial e 42% da safra americana, além de centenas de toneladas de trigo para fazer bioetanol e biodiesel.

O programa foi iniciado por Bush e continuou com Obama, com subsídios de 6 bilhões de dólares por ano. O presidente Obama tem dois argumentos válidos. O primeiro é o aquecimento global, e por isso devem substituir a energia fóssil por energia de origem vegetal.

O segundo argumento é que os EUA são de longe o produtor industrial mais importante do mundo, detêm 25% de toda produção. A matéria-prima dessa máquina impressionante é o petróleo. Eles utilizam 20 milhões de barris por dia, mas produzem internamente apenas 8 milhões.

Então importam a maior parte de lugares muito perigosos, como o delta do Níger, a Ásia Central e o Oriente Médio. Eu entendo os argumentos de um presidente americano, mas queimar centenas de milhões de alimentos para fazer bioetanol e biodiesel é um crime.

Como o senhor avalia a situação brasileira em relação aos biocombustíveis?

O Brasil é diferente, porque não queima alimentos. Produz a partir da cana-de-açúcar. Mas a produção de bioetanol tem uma consequência terrível. O oceano da cana desloca a fronteira agrícola do Brasil em direção ao cerrado e à Amazônia.

Em São Paulo, onde hoje há cana, já houve agricultura de subsistência e depois o gado, que foram sendo empurrados para Mato Grosso. Só uma pequena parte da produção de

cana-de-açúcar é mecanizada, o resto é cortado à mão. A cana, historicamente, foi uma maldição para os escravos e é uma maldição para os trabalhadores hoje.

O Bolsa Família, principal programa do governo brasileiro de combate à fome, faz dez anos. Qual a sua avaliação e qual deve ser o próximo passo do Estado?

O Brasil tem hoje 13 milhões de subalimentados graves permanentes, o que é muito para uma grande potência. É verdade que em 20 anos o país fez progressos muito impressionantes, o número de vítimas de fome grave baixou de 23 milhões para 13 milhões. E se você toma a proporção da população, a diminuição é de 53%. Mas está estável nesses 13 milhões. Isso não pode ser resolvido pelo Bolsa Família.

O programa é uma criação formidável, um exemplo para o mundo. Porque, como disse Josué de Castro, quem tem fome, tem pressa. No entanto, o Bolsa Família tem um limite objetivo. Para resolver o problema destes 13 milhões, que já foram testemunhas de um progresso formidável feito dentro de um regime democrático, só com reformas estruturais, como a reforma agrária. É preciso dar também uma ajuda massiva à agricultura familiar, que é muito mais produtiva que a multinacional.

Ela é mais vantajosa porque não cria desemprego, utiliza conhecimentos tradicionais, há mais proteção da biodiversidade do solo porque usa menos pesticidas. Todas as pesquisas, não somente no Brasil, apontam que a agricultura familiar é a solução para a fome. Esses 13 milhões não vão desaparecer.

Feijão chinês. Xico Graziano – O Estado de São Paulo, Opinião. 23/07/2013

Feijão chinês no prato do brasileiro. Sim. Acontece que a safra nacional de feijão, a menor dos últimos 12 anos, fragilizou o abastecimento interno. Os preços subiram e o governo, preocupado com a inflação dos alimentos, suspendeu o Imposto de Importação sobre a leguminosa estrangeira. Caldo sem qualidade.

Faz tempo que o Brasil perdeu a autossuficiência em feijão. Embora pequenas, entre 3% e 5% do consumo interno, as importações têm sido constantes na última década, com viés de alta. Jamais, desde que na escravagista senzala inventaram a feijoada, temperando as tranqueiras de porco, se poderia imaginar que faltaria o rico grão para misturar na farinha de mandioca. Típico do paladar tupiniquim, nenhum povo mais que o brasileiro sente saudades do arroz com feijão quando viaja para o exterior. Concordam?

Embora muito querido, o consumo per capita de feijão mostra-se decrescente. Na década de 1970 os brasileiros ingeriam 18,5 quilos por habitante/ano, quantidade atualmente reduzida para 16 quilos por habitante/ano. Os economistas costumam apresentar o feijão como um produto de "elasticidade-renda negativa", ou seja, seu consumo baixa à medida que a renda das famílias cresce. Vários fatores explicam essa tendência e na urbanização da sociedade se encontra a maioria deles.

Tradicionalmente uma lavoura de subsistência, plantada em pequenas roças perto das colônias rurais, o feijoeiro acabou escanteado pelo êxodo rural, substituído por novos hábitos alimentares. Cozinhar feijão gasta tempo e energia, problema inexistente na época dos preguiçosos fogões a lenha, em que ardia madeira, nas fazendas do interior. Hoje, na cidade grande, nem a presteza da panela de pressão supera a correria do dia a dia. Fora a conta de gás. Diferentemente de outrora, as pessoas agora comem feijão principalmente nos restaurantes, fora de casa. Mundo da comida rápida.

Não é fácil, agronomicamente, produzir feijão. Suas frágeis plantas sucumbem às pragas e doenças - insetos, fungos, bactérias, terríveis viroses - que limitam a lavoura. Sensível também às secas e às geadas, a leguminosa exige, nos dias atuais, muito profissionalismo para vingar boa produtividade. É muito complexa, na verdade, a economia agrária do feijão. Começa por existirem duas espécies vegetais básicas: o feijão comum (*Phaseolus vulgaris*) e o feijão fradinho (*Vigna unguiculata*).

Este último, típico do Nordeste, apresenta hábito de crescimento "indeterminado", quer dizer, a planta vai crescendo, florescendo, lançando vagens que amadurecem e são colhidas enquanto outras se formam, continuamente. Cultivada durante todo o ano, a espécie também chamada de caupi, ou ainda feijão-de-corda, representa cerca de 10 % da produção total. Já o feijão comum, consumido preferencialmente fora do Nordeste, apresenta hábito "determinado" de crescimento, ou seja, após a semeadura a planta desenvolve-se, entra em floração, madura suas vagens e depois entra em senescência. Ciclo curto, colheita única. Mas atenção: existem três modos de cultivo - o feijão "das águas", o feijão "da seca" e o feijão "de inverno". Em cada safra, para cada local de produção, a produtividade cerca-se de várias incertezas. Mercado volúvel.

O tradicional feijão comum ainda se distingue entre diversas variedades, coloridas: preto, rosinha, roxo, pintado, jalo, branco. Na década de 1970 chegou a revolução tecnológica causada pelo feijão carioca, geneticamente aprimorado, mais produtivo. Curiosamente, ao contrário do que se pensa, a novata leguminosa nasceu em São Paulo, mais precisamente nos laboratórios do Instituto Agrônomo de Campinas (IAC), conduzidos pela equipe do pesquisador Luiz D'Artagnan. Seu nome homenageia, pela semelhança de cores, a pelagem de uma raça caipira de porco. Nada que ver com as calçadas do Rio de Janeiro.

O modo de produção antigo, tocado com pouca tecnologia, ainda subsiste, especialmente na agricultura nordestina, mas produz num patamar de baixa qualidade, atendendo apenas aos mercados regionais. Os cultivos de feijão dominantes no Sudeste são marcadamente empresariais. Embora as áreas plantadas sejam relativamente reduzidas, a natureza da produção expressa elevada tecnologia, alto custo, especialização, forte vinculação ao mercado, todos os requisitos da moderna produção no campo. Nada que ver com as roças de subsistência: quem sustenta os trabalhadores da metrópole é o feijão capitalista.

Se estiver faltando feijão no mercado, isso se deve à falta de rentabilidade diante das alternativas de produção. No Sudoeste Paulista, por exemplo, a soja e o milho ocuparam

seu espaço. Idem no Paraná. Em Goiás e na Bahia, ademais, a seca prejudicou recentemente as lavouras. Como o grão não configura uma commodity, com oferta consolidada no mercado internacional, as importações são incertas. Apenas a China, quem diria, dispõe de algum estoque, colhido ano passado.

Um paradoxo permeia o campo. O Brasil realizou, nos últimos 20 anos, a maior distribuição de terras conhecida no mundo democrático, repartindo 90 milhões de hectares entre 1,2 milhão de famílias sem terra. Na prática, porém, essa volumosa reforma agrária pouco elevou o nível da produção interna de alimentos básicos. Por alguma razão, nunca devidamente explicitada, os assentados não se dedicaram a produzir o feijão nosso de cada dia. Muita política, pouco resultado.

Final da história: as gôndolas vão incomodar as donas de casa até chegar a nova safra das águas do feijão, daqui a quatro meses, em novembro. Enquanto isso, o consumo contará com a ajuda do feijão chinês, caro e duro, na panela. Falta uma política de autossuficiência alimentar para o feijão brasileiro.

** XICO GRAZIANO É AGRÔNOMO, FOI SECRETÁRIO DE AGRICULTURA E SECRETÁRIO DO MEIO AMBIENTE DO ESTADO DE SÃO PAULO. E-MAIL: XICOGRAZIANO@TERRA.COM.BR.*

Consulta pública quer aprimorar pesquisas em segurança alimentar e nutricional – Site do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). 25/07/2013

Prazo foi prorrogado até 2 de agosto para que sociedade possa sugerir linhas de pesquisa a serem desenvolvidas pelos órgãos de governo

Brasília, 25 – O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) prorrogaram até 2 de agosto o prazo de consulta pública que vai indicar linhas de pesquisa a serem desenvolvidas pelos órgãos de governo sobre a temática. As pesquisas envolvem um conjunto complexo e diversificado de áreas do conhecimento, como a condição alimentar e nutricional de populações, os sistemas alimentares vigentes, seus atores e aspectos ambientais, a relação entre produção, consumo e as culturas e tradições alimentares, entre outros.

A consulta pública tem o objetivo de ampliar a participação de diferentes setores, o que garantirá um documento final abrangente e representativo quanto às necessidades de pesquisa em segurança alimentar e nutricional e servirá de referência para as instituições de ensino. O Consea tem incentivado a contribuição dos conselhos estaduais e municipais, organizações, movimentos, programas de pós-graduação, grupos de pesquisas e outros setores que atuam na área.

PAA é exemplo para Gana combater insegurança alimentar. Flávia Agnello – Site da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB). 26/07/2013

Uma delegação do governo de Gana esteve, nesta sexta-feira (26), na Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), em Brasília. A delegação, liderada pelo ministro de Alimentação e Agricultura do país africano, Clemente Kofi Humado, veio conhecer políticas que servirão de exemplo para combater a insegurança alimentar, em especial a execução do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA).

Segundo Humado, o governo ganês trabalha com os ministérios de Relações Exteriores e de Desenvolvimento Agrário para estabelecer um acordo de cooperação com o Brasil, incluindo a participação da Conab para troca de experiência nas áreas de política agrícola, abastecimento e segurança alimentar. "Nós começamos um programa há dois anos. Agora temos que trabalhar para formar uma rede que trabalhe efetivamente, desde a produção até o destino final", afirmou o ministro.

O presidente da Conab, Rubens Rodrigues dos Santos, lembrou a evolução do PAA em 10 anos de execução. "O atual desafio é agregar valor à produção dos agricultores familiares atendidos pelo PAA", ressaltou. Para entender melhor o funcionamento do programa, a missão africana visitou a cooperativa Rede Terra, fornecedora de produtos, e uma entidade de assistência social beneficiada pelas doações dos alimentos adquiridos pela Conab.

Ações de regulação de mercado

Além da questão da segurança alimentar, os representantes do governo de Gana também demonstraram interesse em conhecer a expertise brasileira em abastecimento desenvolvida pela Companhia.

Para o ministro de Alimentação e Agricultura ganês, o país tem a intenção de atuar no sentido de garantir uma remuneração mínima aos produtores e também auxiliar na regulação de mercado.

FAO pede que países em desenvolvimento abandonem pesticidas perigosos. Agnieska Flak – O Globo, Mundo. 30/07/2013

MILÃO, 30 Jul (Reuters) - Os países em desenvolvimento devem acelerar a retirada de pesticidas altamente perigosos de seus mercados, após a morte de 23 crianças devido à ingestão de alimentos contaminados na Índia, disse nesta terça-feira a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

As crianças no Estado indiano de Bihar morreram no início deste mês depois de comerem uma refeição escolar composta por arroz e batata ao curry contaminada com monocrotofós, um pesticida considerado altamente perigosos pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS).

"A experiência em muitos países em desenvolvimento mostra que a distribuição e uso desses produtos altamente tóxicos muitas vezes representa um risco grave à saúde humana e ao meio ambiente", disse a FAO em comunicado.

O monocrotofós está proibido em muitos países, mas um painel de especialistas do governo indiano foi persuadido pelos fabricantes de que o produto era mais barato do que as alternativas e mais eficaz no controle de pragas que atacam a produção agrícola.

Embora o governo da Índia defenda que os benefícios de pesticidas fortes superam os riscos se forem bem geridos, a tragédia de intoxicação alimentar ressalta críticas de que tais controles são praticamente ignorados de fato.

A FAO disse que muitos países não dispõem de recursos para gerir adequadamente o armazenamento, distribuição, manuseamento e eliminação de pesticidas e reduzir seus riscos.

"Os produtos altamente perigosos não devem estar disponíveis para os pequenos agricultores que não têm o conhecimento e os pulverizadores adequados, equipamentos de proteção e instalações de armazenamento para gerenciar esses produtos de forma adequada", acrescentou a FAO.

O monocrotofós está atualmente proibido na Austrália, China, União Europeia e nos Estados Unidos, e em muitos países da África, Ásia e América Latina, disse a FAO.

Mapa intensifica política de incentivo ao uso e registro de agrotóxicos biológicos – Site do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA). 30/07/2013

Devido ao apelo social e de produtores para ampliar a produção sustentável no país, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) tem intensificado sua política de incentivo ao uso e registro de produtos biológicos para combater pragas nas lavouras.

O mercado de agrotóxicos, que movimenta cerca de US\$ 10 bilhões por ano, tem apostado cada vez mais na aquisição de defensivos sustentáveis. “Com o passar dos anos, com as pesquisas, as empresas foram desenvolvendo produtos cada vez menos tóxicos e isso foi criando o cenário que temos hoje. Estamos em busca de sustentabilidade e aos poucos estamos substituindo os produtos mais tóxicos pelos menos tóxicos, 5% dos agrotóxicos registrados no Brasil são biológicos. Nossa meta é chegar a 10% até 2015”, disse o coordenador de Agrotóxicos e Afins do Mapa, Luis Eduardo Rangel.

Segundo Rangel, um novo defensivo biológico foi apresentado aos órgãos responsáveis pelo registro de agrotóxicos no país, visando o controle de nematóides de galhas, na cultura da soja. O Mapa, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), estão em processo final de avaliação do nematicida Nemat (*Paecilomyces lilacinus*

300g/kg). “Os três órgãos estão interessados na aprovação do defensivo, principalmente por ser menos prejudicial ao meio ambiente. Assim que registrado, poderá ser disponibilizado para os produtores”, salientou o coordenador.

Os nematóides são responsáveis por severas perdas na produção de soja uma das culturas de maior importância econômica no Brasil. Eles estão presentes no solo e, para se alimentar, injetam substâncias tóxicas nos tecidos da planta, impedindo o seu crescimento. Luis Rangel explica que os químicos não têm sido eficientes o bastante para conter a praga. “Essa praga é um pesadelo para o agricultor, porque as áreas com a presença de nematóides normalmente são condenadas. O nematicida em avaliação é a grande esperança, pois os produtores clamam por isso há muito tempo”, disse.

O registro de produtos biológicos é uma das prioridades do Governo Federal, de acordo com Rangel e, por este motivo, o Mapa tem trabalhado para reduzir o prazo para avaliação dos pedidos de certificação. “Se o produto for eficaz e menos tóxico, o agricultor passará a adotá-lo. Até porque além de diminuir os riscos à saúde humana e ao meio ambiente, os defensivos biológicos são mais baratos, o que diminui o custo da produção”, ressaltou.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores

Ademir A. Cazella, Andrey Cordeiro Ferreira,
Catia Grisa, Claudia Job Schmitt, Fábio Luiz Búrgio,
Georges Flexor, Jorge Romano, Karina Kato,
Lauro Mattei, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado,
Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Silvia Zimmermann

Assistentes de Pesquisa

José Renato S. Porto, Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214

Fax: 21 2224 8577 – r. 217

Correio eletrônico: oppa@ufrj.br

Sítio eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa